

COORDENAÇÃO

Renee do Ó Souza

AUTORES

Luiz Fernando Rossi Pipino

Renee do Ó Souza



Direito Penal

PARTE GERAL

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.01.2022
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P735d

2. ed.

v. 1

Pipino, Luiz Fernando Rossi

Direito penal: parte geral, vol. 1 / Luiz Fernando Rossi Pipino, Renee do Ó Souza [coordenação]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

464 p.; 14 x 21 cm. (Método essencial)

Continua com: Direito penal – parte especial – vol. 2

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-317-2

1. Direito penal – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-75439

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Capítulo 1

Conceitos gerais de Direito Penal	1
1.1 Conceito de Direito Penal	1
1.2 Classificação do Direito Penal.....	2
1.3 Escolas penais.....	4
1.3.1 Escola clássica	5
1.3.2 Escola positiva (positivismo criminológico)	6
1.3.3 Escola moderna alemã.....	7
1.3.4 <i>Terza scuola italiana</i>	7
1.4 Movimentos do Direito Penal	7
1.4.1 Abolicionismo penal	8
1.4.2 Garantismo penal	9
1.4.3 Lei e ordem	9
1.4.4 Análise econômica do crime	11
1.4.5 <i>Compliance</i> criminal.....	11
1.4.6 <i>Whistleblower</i>	13
1.5 Velocidades do Direito Penal	16
1.6 História do Direito Penal brasileiro.....	18

Capítulo 2

Princípios informadores do Direito Penal.....	20
2.1 Considerações iniciais.....	20
2.2 Princípios em espécie.....	21
2.2.1 Princípio da legalidade	21
2.2.2 Princípio da anterioridade	22
2.2.3 Princípio da individualização da pena.....	23
2.2.4 Princípio da alteridade (transcendentalidade).....	23
2.2.5 Princípio da confiança	25
2.2.6 Princípio da adequação social	25

2.2.7	Princípio da intervenção mínima	26
2.2.8	Princípio da proporcionalidade	28
2.2.9	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	28
2.2.10	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	29
2.2.11	Princípio da responsabilidade penal do fato	29
2.2.12	Princípio da personalidade.....	30
2.2.13	Princípio da responsabilidade penal subjetiva (ou da culpabilidade)	30
2.2.14	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	31
2.2.15	Princípio da insignificância ou da bagatela.....	31

Capítulo 3

Fontes do Direito Penal	34
3.1 Fontes do Direito Penal	34

Capítulo 4

Teoria Geral da Lei Penal.....	36
4.1 Conceito.....	36
4.2 Classificação.....	36
4.3 Lei penal em branco	38
4.4 Características	40
4.5 Interpretação.....	40
4.5.1 Considerações iniciais	40
4.5.2 Classificação	41
4.5.2.1 Quanto à origem (às fontes).....	41
4.5.2.2 Quanto aos meios.....	42
4.5.2.3 Quanto ao resultado	42
4.6 Analogia	43

Capítulo 5

Esfera temporal da lei penal	46
5.1 Considerações iniciais.....	46
5.2 Conflito de leis penais no tempo.....	47
5.3 Leis penais de vigência temporária	51

5.4	Conflito aparente de leis penais	52
5.4.1	Princípio da especialidade	52
5.4.2	Princípio da subsidiariedade	52
5.4.3	Princípio da consunção	53
5.4.4	Princípio da alternatividade	56

Capítulo 6

Tempo e lugar do crime.....	57
6.1 Tempo do crime.....	57
6.2 Lugar do crime	58

Capítulo 7

Esfera espacial da lei penal.....	61
7.1 Considerações iniciais.....	61
7.2 Conceito de território brasileiro	62
7.3 Extraterritorialidade	64
7.4 Pena cumprida no estrangeiro	67

Capítulo 8

Considerações finais a respeito da aplicação da lei penal..	69
8.1 Eficácia da sentença estrangeira	69
8.2 Da contagem de prazo.....	71
8.3 Frações não computáveis da pena.....	72
8.4 Legislação especial.....	73

Capítulo 9

Introdução à teoria geral do crime.....	75
9.1 Introito.....	75
9.2 Conceito de crime.....	75
9.2.1 Definição legal	75
9.2.2 Definição dogmática.....	78
9.3 Sujeitos do crime.....	81
9.4 Objetos do crime.....	82

9.5	Elementos do crime.....	83
9.6	Classificação doutrinária dos crimes	83
9.6.1	Crimes material, formal e de mera conduta	83
9.6.2	Crimes instantâneo, instantâneo de efeito permanente e permanente	85
9.6.3	Crimes comum, próprio e de mão própria	85
9.6.4	Crimes mono-ofensivo e pluriofensivo	86
9.6.5	Crimes monossujeito e plurissujeito	87
9.6.6	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva	88
9.6.7	Crimes inexistente e plurissistente.....	89
9.6.8	Crimes de espaço mínimo, plurilocal e de espaço máximo.....	89
9.6.9	Crimes do colarinho branco e do colarinho azul	90
9.6.10	Crimes de fato transeunte e de fato permanente.....	91
9.6.11	Crime de ensaio	91
9.6.12	Crime vago	92
9.6.13	Crime de ímpeto.....	92
9.6.14	Crime de plástico.....	92
9.6.15	Crime parasitário	93
9.6.16	Crime famulativo	93
9.6.17	Crime de atentado	94
9.6.18	Crime a prazo	94
9.6.19	Crime de catálogo	95
9.6.20	Crime obstáculo.....	96
9.6.21	Crime de mera suspeita	96
9.6.22	Crime falho	97
9.6.23	Crime liliputiano	97
9.6.24	Crime gratuito	98
9.6.25	Crime de opinião	98
9.6.26	Crime aberrante.....	98
9.6.27	Crime digital ou virtual.....	99
9.6.28	Crime de dano, crime de perigo abstrato e crime de perigo concreto.....	99

Capítulo 10

Fato típico	101
10.1 Introito.....	101

10.2 Conduta.....	101
10.2.1 Teorias explicativas da conduta	101
10.2.1.1 Teoria causalista (naturalista, mecanicista ou clássica)	102
10.2.1.2 Teoria finalista da ação	103
10.2.1.3 Teoria social da ação (ou da ação socialmente adequada)	105
10.2.1.4 Teorias funcionalistas.....	105
10.2.1.5 Teoria da ação significativa.....	106
10.2.2 Hipóteses excludentes de conduta	108
10.2.3 Formas de conduta	109
10.3 Resultado	112
10.4 Nexo de causalidade	113
10.4.1 Conceito	113
10.4.2 Teorias.....	114
10.4.2.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais ..	114
10.4.2.2 Teoria da causalidade adequada.....	115
10.4.2.3 Teoria da imputação objetiva	121
10.5 Tipicidade.....	123
10.5.1 Conceitos gerais	123
10.5.2 As fases da tipicidade.....	124
10.5.3 Tipo penal	126
10.5.3.1 Considerações gerais	126
10.5.3.2 Funções do tipo penal	128
10.5.3.3 Classificação do tipo penal.....	128
10.5.3.4 Tipicidade conglobante.....	129

Capítulo 11

Teoria geral do dolo e da culpa.....	131
11.1 Teoria geral do dolo	131
11.1.1 Considerações iniciais	131
11.1.2 Teorias explicativas	131
11.1.3 Espécies de dolo.....	133
11.1.4 Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo	139
11.2 Teoria geral da culpa.....	139
11.2.1 Considerações iniciais	139
11.2.2 Elementos do crime culposos.....	140

11.2.3	Espécies de culpa	144
11.2.4	Causas excludentes da culpa	146
11.2.5	Considerações pontuais sobre os crimes culposos	146
11.3	Crime preterdoloso (ou preterintencional).....	147

Capítulo 12

Erro de tipo.....	149
12.1 Erro sobre elementos do tipo (ou erro de tipo essencial) ..	149
12.1.1 Conceito	149
12.1.2 Espécies e conseqüências	150
12.2 Discriminante putativa por erro de tipo (ou erro de tipo permissivo).....	152
12.2.1 Conceito	152
12.2.2 Espécies.....	153
12.2.3 Conseqüência.....	154
12.3 Erro provocado por terceiro	155
12.4 Erro de tipo acidental.....	156
12.4.1 Conceito	156
12.4.2 Hipóteses	156

Capítulo 13

<i>lter criminis</i>	163
13.1 Conceito.....	163
13.2 Fases	163
13.2.1 Fase interna	163
13.2.2 Fase externa	163
13.2.2.1 Preparação	164
13.2.2.2 Execução.....	164
13.2.2.3 Consumação	166
13.3 Tentativa (<i>conatus</i> ou crime manco).....	168
13.3.1 Considerações conceituais.....	168
13.3.2 A punição da tentativa	170
13.3.3 Classificação da tentativa	171
13.3.4 Das infrações penais que não admitem a tentativa.....	172
13.4 “Ponte de Ouro” do Direito Penal	175
13.4.1 Considerações conceituais.....	175

13.4.2	Requisitos.....	176
13.4.3	Natureza jurídica	178
13.4.4	Considerações conclusivas.....	178
13.5	“Ponte de Prata” do Direito Penal	178
13.5.1	Considerações conceituais.....	178
13.5.2	Requisitos.....	179
13.5.3	Critério para a redução da pena.....	183
13.6	Crime impossível (ou tentativa inidônea ou crime oco ou quase crime).....	184

Capítulo 14

Antijuridicidade (ilicitude).....	188	
14.1	Conceito.....	188
14.2	Causas de exclusão da ilicitude.....	188
14.3	Estado de necessidade.....	190
14.3.1	Conceito	190
14.3.2	Requisitos.....	190
14.3.3	Classificação	195
14.4	Legítima defesa.....	196
14.4.1	Conceito	196
14.4.2	Requisitos.....	197
14.4.3	Excesso	200
14.4.4	Classificação	202
14.4.5	Legítima defesa <i>versus</i> estado de necessidade.....	204
14.5	Estrito cumprimento de dever legal.....	205
14.5.1	Conceito	205
14.5.2	Requisitos.....	205
14.6	Exercício regular de direito	206
14.6.1	Conceito	206
14.6.2	Casuísticas	207

Capítulo 15

Culpabilidade.....	210	
15.1	Conceito.....	210
15.2	Teorias conceituais	210
15.2.1	Teoria psicológica.....	210

15.2.2 Teoria normativa (ou psicológico-normativa).....	211
15.2.3 Teoria normativa pura	211
15.3 Elementos	212
15.4 Imputabilidade	212
15.4.1 Conceito	212
15.4.2 Causas excludentes da imputabilidade.....	213
15.4.2.1 Menoridade.....	213
15.4.2.2 Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	214
15.4.2.3 Embriaguez acidental completa.....	215
15.4.3 Causas não excludentes da imputabilidade.....	216
15.4.3.1 Semi-imputabilidade	217
15.4.3.2 Emoção e paixão.....	217
15.4.3.3 Embriaguez não acidental (completa ou incompleta)...	217
15.4.3.4 Embriaguez acidental incompleta	218
15.4.4 Critérios de identificação da inimputabilidade	218
15.5 Potencial consciência da ilicitude.....	220
15.5.1 Conceito	220
15.5.2 Causa excludente da potencial consciência da ilicitude.....	221
15.5.2.1 Erro de proibição	221
15.6 Exigibilidade de conduta diversa	224
15.6.1 Conceito	224
15.6.2 Causas excludentes da exigibilidade de conduta diversa ...	224
15.6.2.1 Coação moral irresistível.....	225
15.6.2.2 Obediência hierárquica	226
15.7 Teoria da coculpabilidade.....	226
15.8 Teoria da coculpabilidade às avessas.....	227

Capítulo 16

Concurso de pessoas (codelinquência).....	229
16.1 Conceito.....	229
16.2 Modalidades (ou formas).....	229
16.2.1 Teorias conceituais.....	229
16.2.2 Autoria.....	232
16.2.2.1 Autoria imediata (ou direta) e autoria mediata (ou indireta).....	232
16.2.2.2 Autoria colateral ou coautoria imprópria	234

16.2.2.3	Autoria incerta.....	235
16.2.2.4	Autoria desconhecida.....	235
16.2.2.5	Autoria de escritório.....	236
16.2.3	Participação.....	236
16.2.3.1	Espécies.....	237
16.2.3.2	Natureza jurídica.....	237
16.2.3.3	Participação em cadeia (ou participação mediata)...	240
16.2.3.4	Participação sucessiva.....	240
16.2.3.5	Participação inócua ou coautoria fracassada.....	240
16.2.3.6	Participação de menor importância.....	241
16.2.3.7	Participação negativa.....	241
16.3	Requisitos.....	242
16.4	Consequência jurídica.....	244
16.5	Cooperação dolosamente distinta.....	246
16.6	Comunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	247

Capítulo 17

Da pena (conceitos introdutórios).....	251
17.1 Conceito.....	251
17.2 Princípios.....	252
17.3 Finalidades.....	254
17.4 Espécies.....	255

Capítulo 18

Pena privativa de liberdade.....	256
18.1 Conceito.....	256
18.2 Espécies.....	256
18.3 Regimes de cumprimento.....	257
18.4 Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	261
18.5 Progressão de regime.....	263
18.6 Detração penal.....	268
18.6.1 Conceito.....	268
18.6.2 Competência.....	269
18.6.3 Detração penal versus prisão provisória em processo distinto.....	270

18.6.4 Detração penal em penas restritivas de direitos e de multa.....	270
18.6.5 Detração penal e cômputo do prazo prescricional.....	271

Capítulo 19

Pena restritiva de direito	273
19.1 Conceito.....	273
19.2 Espécies.....	273
19.3 Características	274
19.4 Classificação.....	275
19.5 Duração.....	276
19.6 Requisitos para a substituição.....	276
19.7 Regras para a substituição	278
19.8 Reversão em pena privativa de liberdade.....	279
19.9 Penas restritivas de direitos em espécie.....	281
19.9.1 Prestação pecuniária	281
19.9.2 Perda de bens e valores	281
19.9.3 Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.....	282
19.9.4 Interdição temporária de direitos	283
19.9.5 Limitação de fim de semana	283

Capítulo 20

Pena de multa.....	284
20.1 Conceito.....	284
20.2 Critério adotado para a pena de multa	284
20.3 Aplicação da pena de multa.....	284
20.4 Cumprimento da pena de multa	286
20.5 Descumprimento da pena de multa.....	286
20.6 Cumulação de multas.....	288
20.7 Multa <i>versus</i> prestação pecuniária	289

Capítulo 21

Aplicação da pena privativa de liberdade	290
21.1 Sistemas de aplicação	290

21.2	Regras gerais do sistema trifásico	291
21.3	Circunstâncias judiciais (pena-base)	293
21.3.1	Culpabilidade.....	293
21.3.2	Antecedentes	294
21.3.3	Conduta social	295
21.3.4	Personalidade.....	296
21.3.5	Motivos do crime	296
21.3.6	Circunstâncias do crime.....	297
21.3.7	Consequências do crime.....	297
21.3.8	Comportamento da vítima	298
21.4	Agravantes e atenuantes (pena intermediária).....	299
21.4.1	Agravantes	299
21.4.1.1	Reincidência.....	300
21.4.1.2	Ter o agente cometido o crime	306
21.4.1.3	Agravantes no caso de concurso de pessoas	312
21.4.2	Atenuantes.....	314
21.4.2.1	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença.....	314
21.4.2.2	O desconhecimento da lei	315
21.4.2.3	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.....	316
21.4.2.4	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano	316
21.4.2.5	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima	317
21.4.2.6	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.....	319
21.4.2.7	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	320
21.4.2.8	Atenuante inominada	320
21.4.3	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes ...	321
21.5	Causas de aumento e de diminuição de pena	322
21.5.1	Concurso de causas de aumento e de diminuição.....	323
21.6	Considerações finais.....	325

Capítulo 22

Concurso de crimes	326
22.1 Conceito	326
22.2 Espécies	326
22.3 Concurso material	326
22.3.1 Conceito	326
22.3.2 Espécies	327
22.3.3 Sistema de aplicação da pena	328
22.4 Concurso formal	328
22.4.1 Conceito	328
22.4.2 Espécies	329
22.4.3 Sistema de aplicação da pena	330
22.5 Crime continuado	332
22.5.1 Conceito	332
22.5.2 Requisitos	333
22.5.3 Classificação	335
22.5.4 Sistema de aplicação da pena	336
22.5.5 Crime continuado e conflito de leis penais no tempo ...	337
22.6 Multas no concurso de crimes	337
22.7 Limite das penas	338
22.8 Concurso de infrações	339

Capítulo 23

Suspensão condicional da pena (“sursis”)	340
23.1 Conceito	340
23.2 Sistemas	340
23.3 Requisitos legais	342
23.4 Espécies	344
23.5 Condições	345
23.6 Período de prova	345
23.7 Revogação	346
23.7.1 Causas de revogação obrigatória	347
23.7.2 Causas de revogação facultativa	348
23.8 Cassação	349
23.9 Prorrogação do período de prova	350

23.10	Extinção da pena.....	350
23.11	Suspensão condicional da pena (“sursis”) versus suspensão condicional do processo (“sursis” processual).....	351

Capítulo 24

Livramento condicional.....	353	
24.1	Conceito.....	353
24.2	Requisitos legais.....	354
24.3	Competência e legitimação	357
24.4	Condições.....	357
24.4.1	Condições obrigatórias	357
24.4.2	Condições facultativas	357
24.5	Revogação	358
24.5.1	Causas de revogação obrigatória.....	358
24.5.2	Causas de revogação facultativa.....	359
24.6	Suspensão.....	360
24.7	Prorrogação do período de prova	361
24.8	Extinção da pena.....	362

Capítulo 25

Efeitos da condenação.....	363	
25.1	Considerações iniciais.....	363
25.2	Classificação.....	364
25.3	Efeitos da condenação.....	366
25.3.1	Efeito principal.....	366
25.3.2	Efeitos secundários.....	366
25.3.2.1	Efeitos secundários de natureza penal	366
25.3.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal.....	366

Capítulo 26

Reabilitação.....	373	
26.1	Conceito.....	373
26.2	Requisitos	374
26.3	Competência, legitimação e processamento	375

26.4 Revogação	375
26.5 Reabilitação e reincidência	376

Capítulo 27

Medida de segurança	377
27.1 Conceito	377
27.2 Periculosidade.....	378
27.3 Espécies.....	379
27.4 Prazo de duração	380
27.5 Conversão da medida de segurança restritiva em detentiva	381
27.6 Prescrição	382
27.7 Extinção da punibilidade	382
27.8 Direitos do internado.....	383

Capítulo 28

Extinção da punibilidade	384
28.1 Introito.....	384
28.2 Causas extintivas da punibilidade	385
28.2.1 Conceito	385
28.2.2 Classificação	385
28.2.3 Espécies.....	386
28.2.3.1 Morte do agente	386
28.2.3.2 Anistia	387
28.2.3.3 Indulto.....	389
28.2.3.4 Graça	390
28.2.3.5 Abolitio criminis	391
28.2.3.6 Decadência.....	393
28.2.3.7 Perempção	394
28.2.3.8 Renúncia	394
28.2.3.9 Perdão do ofendido.....	396
28.2.3.10 Retratação do agente.....	398
28.2.3.11 Perdão judicial	398
28.2.4 Autonomia	399
28.2.5 Causas extintivas da punibilidade versus excusas absolutórias.....	400

Capítulo 29

Prescrição penal.....	401
29.1 Conceito.....	401
29.2 Natureza jurídica	401
29.3 Espécies.....	402
29.4 Prescrição da pretensão punitiva	402
29.4.1 Considerações iniciais	402
29.4.2 Termo inicial do prazo prescricional.....	404
29.4.3 Causas suspensivas do prazo prescricional	405
29.4.4 Causas interruptivas do prazo prescricional	408
29.4.5 Comunicabilidade das causas interruptivas	411
29.4.6 Espécies.....	412
29.5 Prescrição da pretensão executória.....	414
29.5.1 Considerações iniciais	414
29.5.2 Termo inicial do prazo prescricional.....	415
29.5.3 Causas suspensivas do prazo prescricional	417
29.5.4 Causas interruptivas do prazo prescricional	418
29.5.5 Incomunicabilidade das causas interruptivas.....	419
29.6 Prescrição das penas restritivas de direito.....	419
29.7 Prescrição da pena de multa	419
29.8 Prescrição virtual (em perspectiva, projetada ou antecipada) ..	420
29.9 Prescrição da medida de segurança.....	420
29.10 Prescrição da medida socioeducativa.....	421
29.11 Prescrição e concurso de crimes	421

Capítulo 30

Ação penal	422
30.1 Conceito.....	422
30.2 Classificação.....	422
30.3 Ação penal pública.....	424
30.3.1 Introito	424
30.3.2 Ação penal pública incondicionada (ou plena).....	424
30.3.3 Ação penal pública condicionada (ou semipública).....	425
30.3.3.1 Representação criminal	425
30.3.3.2 Requisição do Ministro da Justiça.....	430

30.4 Ação penal privada	432
30.4.1 Introito	432
30.4.2 Legitimidade	432
30.4.3 Espécies	434
30.4.4 Prazo	436
30.5 Ação penal nos crimes complexos	436
Referências	440

Renee do Ó **Souza**
Luiz Fernando Rossi **Pipino**
Andréa **Walmsley** Soares Carneiro

COORDENAÇÃO
Renee do Ó **Souza**



Direito Penal

PARTE ESPECIAL

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.02.2023
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A partir da 2ª edição, esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN, sob o título *Direito Penal: Parte Especial – Vol. 2.*
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S718d
2. ed.
v. 2

Souza, Renee do Ó
Direito penal: parte especial / Renee do Ó Souza, Luiz Fernando Rossi Pipino, Andréa Walmsley. –
2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.
528 p. ; 21 cm. (Método essencial; 2)
Seqüência de: Direito penal : parte geral, vol. 1

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-731-6

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos.
I. Pipino, Luiz Fernando Rossi. II. Walmsley, Andréa. III. Título. IV. Série.
23-82204
CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Sumário

PARTE I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA..... 1

Capítulo 1

Dos crimes contra a vida	3
1.1 Homicídio – Art. 121	3
1.2 Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação – Art. 122.....	28
1.3 Infanticídio – Art. 123	32
1.4 Aborto.....	34

Capítulo 2

Das lesões corporais.....	41
2.1 Considerações iniciais	41
2.2 Lesões corporais leves – Art. 129, <i>caput</i>	43
2.3 Lesões corporais graves – Art. 129, § 1º	44
2.4 Lesões gravíssimas – Art. 129, § 2º	45
2.5 Lesão corporal seguida de morte – Art. 129, § 3º	47
2.6 Lesão corporal dolosa privilegiada – Art. 129, § 4º	47
2.7 Substituição da pena – Art. 129, § 5º	48
2.8 Lesão corporal culposa – Art. 129, § 6º	48
2.9 Aumento de pena – Art. 129, § 7º	48
2.10 Perdão judicial – Art. 129, § 8º	49
2.11 Violência doméstica – Art. 129, §§ 9º, 10 e 11.....	49
2.12 Lesão corporal contra integrantes dos órgãos de segurança pública – § 12.....	50
2.13 Lesão corporal praticada contra mulher por razões da condição do sexo feminino – § 13.....	50

Capítulo 3

Da periclitaco da vida e da sade.....	52
3.1 Aspectos gerais.....	52
3.2 Perigo de contgio venreo – Art. 130.....	53
3.3 Perigo de contgio de molstia grave – Art. 131	55
3.4 Perigo para a vida ou sade de outrem – Art. 132	57
3.5 Abandono de incapaz – Art. 133	58
3.6 Exposico ou abandono de recm-nascido – Art. 134	60
3.7 Omisso de socorro – Art. 135	62
3.8 Condicionamento de atendimento mdico-hospitalar emer- gencial – Art. 135-A.....	64
3.9 Maus-tratos – Art. 136	66

Capítulo 4

Da rixa – Art. 137	69
4.1 Bem jurdico.....	69
4.2 Sujeitos do crime	69
4.3 Tipo objetivo	69
4.4 Tipo subjetivo.....	70
4.5 Consumaco e tentativa	70
4.6 Pena e forma qualificadora	70
4.7 Ao penal	71

Capítulo 5

Dos crimes contra a honra.....	72
5.1 Consideraces gerais.....	72
5.2 Calnia – Art. 138	74
5.3 Difamaco – Art. 139	78
5.4 Injria – Art. 140	80
5.5 Causas de aumento de pena.....	84
5.6 Excluso do crime	87
5.7 Retrataco.....	87
5.8 Pedido de explicaes.....	88

5.9	Ação penal	89
5.10	Competência em caso de crime cometido pela internet	89

Capítulo 6

	Crimes contra a liberdade individual.....	90
6.1	Considerações iniciais	90
6.2	Crimes contra a liberdade pessoal.....	90
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	101
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	104
6.5	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	104

PARTE II

	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	109
--	---	------------

Capítulo 7

	Breves considerações sobre os crimes contra o patrimônio...	111
--	---	-----

Capítulo 8

	Furto – Art. 155	112
8.1	Considerações iniciais	112
8.2	Princípio da insignificância.....	116
8.3	Furto noturno – figura majorada do § 1º do art. 155	116
8.4	Furto privilegiado – Art. 155, § 2º, do CP	117
8.5	Furto qualificado – Art. 155, § 4º, do CP	117
8.6	Furto qualificado pelo emprego de explosivo – Art. 155, § 4º-A	119
8.7	Furto mediante fraude eletrônica ou informática ou cibernética – Art. 155, §§ 4º-B e 4º-C.....	120
8.8	Furto de veículo automotor – Art. 155, § 5º.....	121
8.9	Furto de semovente domesticável – Art. 155, § 6º.....	121
8.10	Furto de substâncias explosivas ou acessórios – Art. 155, § 7º	122
8.11	Furto de coisa comum – Art. 156	122

Capítulo 9

Roubo – Art. 157.....	123
9.1 Considerações iniciais	123
9.2 Espécies de roubo	125
9.3 Roubo majorado ou agravado – Art. 157, § 2º.....	125
9.4 Roubo majorado do § 2º-A do art. 157.....	128
9.5 Emprego de arma de uso restrito ou proibido – § 2º-B	128
9.6 Roubo qualificado – Latrocínio.....	129
9.7 Outros pontos importantes.....	129

Capítulo 10

Extorsão	130
10.1 Extorsão – Art. 158 do CP	130
10.2 Extorsão mediante sequestro – Art. 159 do CP.....	132
10.3 Extorsão indireta – Art. 160.....	134

Capítulo 11

Da usurpação	136
11.1 Alteração de limites – Art. 161.....	136
11.2 Supressão ou alteração de marcas em animais – Art. 162	138

Capítulo 12

Do dano.....	140
12.1 Dano – Art. 163.....	140
12.2 Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164	141
12.3 Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	142
12.4 Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	142

Capítulo 13

Da apropriação indébita.....	143
13.1 Apropriação indébita – Art. 168	143

13.2	Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	144
13.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169	148

Capítulo 14

	Do estelionato e outras fraudes	151
14.1	Estelionato – Art. 171	151
14.2	Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros – Art. 171-A.....	156
14.3	Duplicata simulada – Art. 172	158
14.4	Abuso de incapazes – Art. 173.....	159
14.5	Induzimento à especulação – Art. 174.....	160
14.6	Fraude no comércio – Art. 175	161
14.7	Outras fraudes – Art. 176	161
14.8	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177.....	162
14.9	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “war-rant” – Art. 178.....	162
14.10	Fraude à execução – Art. 179.....	163

Capítulo 15

	Receptação – Art. 180	164
15.1	Considerações iniciais	164
15.2	Receptação qualificada – Art. 180, § 1º, do CP	166
15.3	Receptação culposa – Art. 180, § 3º	167
15.4	Autonomia da receptação – Art. 180, § 4º.....	167
15.5	Perdão judicial e minorante – Art. 180, § 5º.....	167
15.6	Causa de aumento de pena – Art. 180, § 6º.....	167
15.7	Receptação de animal – Art. 180-A	168

Capítulo 16

	Disposições finais sobre crimes contra o patrimônio	169
16.1	Imunidades ou escusas absolutas.....	169
16.2	Imunidades ou escusas relativas	170
16.3	Exclusão das imunidades	170

PARTE III**DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL 171****Capítulo 17**

Considerações iniciais sobre crimes contra a propriedade imaterial 173

Capítulo 18

Dos crimes contra a propriedade intelectual..... 174

18.1 Violação de direito autoral – Art. 184 174

PARTE IV**DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO..... 179****Capítulo 19**

Crimes contra a organização do trabalho..... 181

19.1 Considerações iniciais 181

19.2 Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197..... 182

19.3 Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198 184

19.4 Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199 185

19.5 Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200..... 186

19.6 Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201..... 188

19.7 Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202..... 190

19.8 Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203 191

19.9 Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204 192

19.10 Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205 193

19.11	Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	194
19.12	Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207.....	195

PARTE V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	197
---	------------

Capítulo 20

Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.....	199
20.1 Considerações iniciais	199
20.2 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208.....	200
20.3 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209	201
20.4 Violação de sepultura – Art. 210.....	202
20.5 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211.....	203
20.6 Vilipêndio a cadáver – Art. 212.....	205

PARTE VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	207
--	------------

Capítulo 21

Crimes contra a dignidade sexual	209
21.1 Introdução.....	209
21.2 Estupro – Art. 213.....	209
21.3 Violação sexual mediante fraude – Art. 215	213
21.4 Importunação sexual – Art. 215-A	214
21.5 Assédio sexual – Art. 216-A	216
21.6 Registro não autorizado da intimidade sexual – Art. 216-B....	218
21.7 Estupro de vulnerável – Art. 217-A.....	220
21.8 Corrupção de menores – Art. 218.....	223

21.9	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A	225
21.10	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B	226
21.11	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – Art. 218-C	227
21.12	Causa de aumento nos crimes contra a dignidade sexual...	229
21.13	Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227	230
21.14	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228	232
21.15	Casa de prostituição – Art. 229	234
21.16	Rufianismo – Art. 230	235
21.17	Promoção de migração ilegal – Art. 232-A	237
21.18	Ato obsceno – Art. 233	239
21.19	Escrito ou objeto obsceno – Art. 234	240
21.20	Ação penal – Art. 225	241
21.21	Segredo de justiça	242

PARTE VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA..... 243

Capítulo 22

Considerações iniciais sobre crimes contra a família..... 245

Capítulo 23

Dos crimes contra o casamento..... 248

23.1	Bigamia – Art. 235	248
23.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236	252
23.3	Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237	254
23.4	Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238	256
23.5	Simulação de casamento – Art. 239	257

Capítulo 24

Dos crimes contra o estado de filiação	259
24.1 Registro de nascimento inexistente – Art. 241.....	259
24.2 Parto suposto, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242.....	260
24.3 Sonegação de estado de filiação – Art. 243.....	262

Capítulo 25

Crimes contra a assistência familiar.....	264
25.1 Abandono material – Art. 244.....	264
25.2 Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245.....	266
25.3 Abandono intelectual – Art. 246	267
25.4 Abandono moral – Art. 247	269

Capítulo 26

Dos crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.....	271
26.1 Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248	271
26.2 Subtração de incapazes – Art. 249	273

PARTE VIII**DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA..... 275****Capítulo 27**

Dos crimes de perigo comum	277
27.1 Incêndio – Art. 250	277
27.2 Explosão – Art. 251	278
27.3 Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252.....	280
27.4 Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253.....	281
27.5 Inundação – Art. 254.....	282

27.6	Perigo de inundação – Art. 255	284
27.7	Desabamento ou desmoronamento – Art. 256.....	285
27.8	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257	286
27.9	Formas qualificadas de crime de perigo comum	287
27.10	Difusão de doença ou praga – Art. 259	288

Capítulo 28

Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.....		289
28.1	Perigo de desastre ferroviário – Art. 260.....	289
28.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261	290
28.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262.....	292
28.4	Arremesso de projétil – Art. 264	293
28.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	295
28.6	Interrupção ou perturbação do serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266.....	296

Capítulo 29

Dos crimes contra a saúde pública.....		298
29.1	Epidemia – Art. 267	298
29.2	Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268.....	299
29.3	Omissão de notificação de doença – Art. 269.....	300
29.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270.....	301
29.5	Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271.....	303
29.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272	303
29.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273....	304
29.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274	306

29.9	Involúcro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	307
29.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	308
29.11	Substância destinada à falsificação – Art. 277	309
29.12	Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278.....	310
29.13	Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280	312
29.14	Exercício ilegal da medicina – Art. 282.....	313
29.15	Charlatanismo – Art. 283	315
29.16	Curandeirismo – Art. 284.....	316

PARTE IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	319
--	------------

Capítulo 30

Crimes contra a paz pública.....	321	
30.1	Introdução.....	321
30.2	Incitação ao crime – Art. 286	321
30.3	Apologia de crime ou criminoso – Art. 287.....	321
30.4	Associação criminosa – Art. 288.....	322
30.5	Constituição de milícia privada – Art. 288-A	324

PARTE X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	325
---	------------

Capítulo 31

Crimes contra a fé pública.....	327	
31.1	Breves considerações.....	327
31.2	Moeda falsa – Art. 289	327
31.3	Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	329
31.4	Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	329
31.5	Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292	329

31.6	Falsificação de papéis públicos – Art. 293.....	330
31.7	Petrechos de falsificação – Art. 294	331
31.8	Falsificação do selo ou sinal público – Art. 296.....	332
31.9	Falsificação de documento público – Art. 297.....	332
31.10	Falsificação de documento particular – Art. 298.....	334
31.11	Falsidade ideológica – Art. 299	335
31.12	Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300.....	336
31.13	Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301.....	336
31.14	Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	337
31.15	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303	337
31.16	Uso de documento falso – Art. 304	337
31.17	Supressão de documento – Art. 305	338
31.18	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306	338
31.19	Falsa identidade – Art. 307	339
31.20	Uso de documento de identidade alheia – Art. 308.....	340
31.21	Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	340
31.22	Fraude de lei sobre estrangeiro – falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade – Art. 310.....	340
31.23	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	341
31.24	Das fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A...	342

PARTE XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 345

Capítulo 32

	Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.....	347
32.1	Noções gerais.....	347
32.2	Peculato – Art. 312.....	350
32.3	Peculato mediante erro de outrem – Art. 313.....	356
32.4	Inserção de dados falsos em sistema de informação – Art. 313-A.....	357

32.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B.....	359
32.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314.....	360
32.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315....	362
32.8	Concussão – Art. 316.....	363
32.9	Corrupção passiva – Art. 317.....	366
32.10	Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	369
32.11	Prevaricação – Art. 319.....	371
32.12	Prevaricação imprópria – Art. 319-A.....	373
32.13	Condescendência criminosa – Art. 320.....	375
32.14	Advocacia administrativa – Art. 321.....	376
32.15	Violência arbitrária – Art. 322.....	378
32.16	Abandono de função – Art. 323.....	379
32.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	381
32.18	Violação de sigilo funcional – Art. 325.....	383
32.19	Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	385
32.20	Funcionário público.....	385

Capítulo 33

	Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral.....	387
33.1	Usurpação de função pública – Art. 328.....	387
33.2	Resistência – Art. 329.....	390
33.3	Desobediência – Art. 330.....	393
33.4	Desacato – Art. 331.....	398
33.5	Tráfico de influência – Art. 332.....	402
33.6	Corrupção ativa – Art. 333.....	405
33.7	Descaminho – Art. 334.....	407
33.8	Contrabando – Art. 334-A.....	410
33.9	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	411
33.10	Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336.....	412

33.11	Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337	413
33.12	Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A.....	414
33.13	Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira	416

Capítulo 34

	Dos crimes em licitações e contratos administrativos.....	419
34.1	Contratação direta ilegal – Art. 337-E.....	419
34.2	Frustração do caráter competitivo de licitação – Art. 337-F...	421
34.3	Patrocínio de contratação indevida – Art. 337-G	423
34.4	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo – Art. 337-H.....	425
34.5	Perturbação de processo licitatório – Art. 337-I.....	426
34.6	Violação de sigilo em licitação – Art. 337-J.....	428
34.7	Afastamento do licitante – Art. 337-K	429
34.8	Fraude em licitação ou contrato – Art. 337-L.....	431
34.9	Contratação inidônea – Art. 337-M.....	433
34.10	Impedimento indevido – Art. 337-N.....	434
34.11	Omissão grave de dado ou de informação por projetista – Art. 337-O	435
34.12	Alteração da pena de multa – Art. 337-P	437

Capítulo 35

	Dos crimes contra a administração da justiça	438
35.1	Considerações gerais.....	438
35.2	Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338	438
35.3	Denúnciação caluniosa – Art. 339.....	439
35.4	Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340 ...	441
35.5	Autoacusação falsa – Art. 341	442
35.6	Falso testemunho – Art. 342	443
35.7	Falsa perícia – Art. 343.....	445
35.8	Coação no curso do processo – Art. 344.....	446
35.9	Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345	448

35.10	Subtração ou dano de coisa própria em poder de terceiro – Art. 346.....	449
35.11	Fraude processual – Art. 347.....	450
35.12	Favorecimento pessoal – Art. 348	451
35.13	Favorecimento real – Art. 349.....	453
35.14	Ingresso de celular em prisão – Art. 349-A	454
35.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	455
35.16	Evasão mediante violência contra a pessoa – Art. 352.....	457
35.17	Arrebatamento de preso – Art. 353.....	458
35.18	Motim de presos – Art. 354	458
35.19	Patrocínio infiel – Art. 355.....	459
35.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356	461
35.21	Exploração de prestígio – Art. 357	461
35.22	Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358	462
35.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	463

Capítulo 36

	Dos crimes contra as finanças públicas.....	465
36.1	Noções gerais.....	465
36.2	Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	466
36.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B.....	469
36.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C.....	471
36.5	Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D.....	473
36.6	Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E.....	476
36.7	Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F	477
36.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G	479
36.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	480

PARTE XII

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	483
---	------------

Capítulo 37

Introdução aos crimes contra o Estado Democrático de Direito	485
--	-----

Capítulo 38

Dos crimes contra a soberania nacional.....	487
38.1 Atentado à soberania – Art. 359-I.....	487
38.2 Atentado à integridade nacional – Art. 359-J	488
38.3 Espionagem – Art. 359-K	489

Capítulo 39

Dos crimes contra as instituições democráticas	491
39.1 Abolição violenta do Estado Democrático de Direito – Art. 359-L.....	491
39.2 Golpe de Estado – Art. 359-M	492

Capítulo 40

Dos crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral	494
40.1 Interrupção do processo eleitoral – Art. 359-N	494
40.2 Violência política – Art. 359-P	495

Capítulo 41

Dos crimes contra o funcionamento dos serviços essenciais.....	497
41.1 Sabotagem – Art. 359-R.....	497

Capítulo 42

Disposições comuns	499
42.1 Causa de exclusão da tipicidade	499
Referências	501